



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

As contradições sociais e ideológicas na URSS:

origens do Socialismo de Estado
Marcos Del Roio

Como citar: DEL ROIO, M. As contradições sociais e ideológicas na URSS: origens do Socialismo de Estado. *In*: DEO, A.; BATISTA, F. M. (org.). **100 Anos da Revolução Russa: a transição socialista como atualidade histórica**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020. p. 155-172.
DOI: <https://doi.org/10.36311/2020.978-65-86546-09-5.p155-172>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

AS CONTRADIÇÕES SOCIAIS E IDEOLÓGICAS NA URSS: ORIGENS DO SOCIALISMO DE ESTADO

Marcos Del Roio

A IMPLANTAÇÃO DA NOVA ECONOMIA POLÍTICA

O objetivo deste capítulo é apenas o de indicar alguns aspectos do dilema histórico posto à Rússia soviética depois da “guerra civil” e do fracasso da revolução socialista internacional. Essa situação, posta em 1921, agravada com o isolamento econômico e diplomático da URSS, foi enfrentada por Lenin com a única perspectiva que lhe parecia factível que era da via de um particular capitalismo monopolista de Estado, conforme exposta sumariamente no texto *Sobre o cooperativismo* (LENIN, 1977). Frente à situação de destruição das forças produtivas depois de mais de seis anos de guerra ininterrupta, não restou muita alternativa à Rússia soviética do que procurar retomar o desenvolvimento econômico social centrado em um projeto de capitalismo monopolista de Estado, de base agroindustrial, que ficou conhecido como NEP (Nova Política Econômica). A concessão

<https://doi.org/10.36311/2020.978-65-86546-09-5.p155-172>

para que os camponeses ficassem livres para produzir como preferissem e que colocassem o excedente no mercado ajudou a amainar as dificuldades de abastecimento na cidade. O estímulo para a recomposição da pequena indústria rural, por sua vez, amainou a dificuldade de fornecimento de bens ao campo.

Possibilitada aos camponeses a sua autodeterminação, houve um novo florescimento das comunas agrárias (obscina), estimadas em 319 mil. Os bosques e os pastos eram utilizados em comum, mas a terra agriculturável era de exploração familiar. As comunas eram dirigidas por representantes eleitos pela assembleia geral, mas a tradição sugeria que apenas os chefes de família participassem, ainda que a lei estimulasse a participação de jovens e mulheres também (BOFFA, 1976, p. 261-262).

Nas cidades a urgência maior era a recomposição do parque industrial e da própria classe operária. Tratava-se de um esforço de recuperação econômica que tinha em vista também a recomposição da aliança operário-camponesa, que permitira a vitória da revolução em 1917.

No entanto, eram inúmeras as contradições que perpassavam a vida social da URSS. O conflito entre cidade e campo era herança da época feudal absolutista e os camponeses se recusavam a serem explorados pela cidade. A cidade concebia que o campo tinha a obrigação de suprir as suas necessidades sem obter vantagens. A existência do mercado possibilitou o surgimento de uma nova pequena burguesia no campo e na cidade, com interesses conflitantes em relação ao proletariado industrial e o campesinato pobre. Era de se questionar se a estratégia da NEP, da via do capitalismo monopolista de Estado seria capaz de criar as condições para a efetiva transição socialista ou se seria indispensável que se assumisse desde logo a via socialista, o que implica interrogar sobre qual seria exatamente essa via. Isso tudo com a consideração de que a URSS continuaria isolada, quando não ameaçada de ser atacada militarmente.

Dentro do Partido Comunista Russo (PCR), de maneira geral, havia duas concepções de como deveria se desenrolar o processo de aproximação do objetivo histórico do socialismo, como houvera sido proclamado na revolução de 1917. Havia uma vertente, dita de *esquerda*,

que entendia ser indispensável oferecer prioridade a industrialização e como implicação traria a imposição de alguma forma de tributo ao campo, gravando o campesinato um pouco mais abastado. Nessa concepção a aliança prioritária deveria ser internacional, com o proletariado de Alemanha e China, em primeiro lugar, ficando em segundo plano a questão agrária e camponesa. Essa posição, defendida por Trotsky, entendia que a chamada NEP, como manobra tática que era, estaria já superada desde fins de 1923. O pressuposto era de que a revolução socialista retomaria impulso a breve termo.

A vertente mais a *direita* pensava que a penalização do campo, mesmo que diferenciada, poria em risco a posição do campesinato como sustentáculo essencial do Estado. O caminho julgado mais adequado para que se resolvesse a decisiva questão da formação de um mercado interno seria aquele de um desenvolvimento harmônico entre os diferentes grupos sociais, com a garantia da paz social. O desafio seria então estabelecer a relação ótima entre a demanda e a oferta de produtos, o que exigiria um crescimento equilibrado entre a grande indústria pesada, a indústria leve e a produção agrícola. Na verdade, isso significava privilegiar o respaldo do campesinato médio ao plano de estreitar as relações entre cidade e campo, espaços sociais estranhos um ao outro por séculos.

Nessa perspectiva, reconhecia-se a prioridade da questão agrária e o papel revolucionário que o campesinato poderia desempenhar, em particular na zona colonial, e que a derrota da classe operária nos países imperialistas exigiria uma estratégia de frente única das classes trabalhadoras de prazo mais longo. Essa posição teve em Bukhárin o mais convicto defensor, mas, apesar da defecção de Zinoviev e Kamanev em 1925, seguiu até 1928 como a posição majoritária no Partido Comunista Russo, quando a crise social provocou um realinhamento de forças sociais e políticas.

A classe operária russa, reduzida pelas guerras e em fase de recomposição, tinha um nível de consciência que passava do senso comum (ou espontâneo) para o econômico corporativo, erguendo-se muito pouco ao grau da hegemonia (GRAMSCI, 1975, Caderno 13, §17). Assim que sua adesão ou respaldo ao PCR tinha limites bem claros. A inserção do partido no campo era bastante restrita e isso podia ser notado

na composição dos soviets, onde tendia a se expressar a correlação de forças entre as camadas sociais rurais. Houve um esforço de reativação dos soviets durante o período da NEP, já que essas instâncias eram o cerne mesmo do projeto de Estado formulado por Lenin no decorrer do processo revolucionário, mas esse empenho apenas demonstrou a distância que havia entre o partido e as massas.

De 1923 a 1927, o conflito entre as duas visões do caminho a ser trilhado pela URSS se desenrolou duramente. A derrota da chamada ‘oposição unificada’ (Trotsky, Zinoviev, Kamanev) no último trimestre de 1926, parecia selar de vez o predomínio da estratégia elaborada principalmente por Bukhárin, tanto na URSS, como na Internacional Comunista (IC). Já em julho, em reunião do Comitê Central (CC), Zinoviev foi afastado do Conselho Político e as teses da oposição foram desconsideradas, o que estimulou a atividade fracionista com a discussão não autorizada junto às bases partidárias. Em 13 de outubro, os principais membros da oposição, incluindo Trotsky, Zinoviev, Kamanev e Piatakov reconheceram a derrota na ação fracionista entre as bases e reconheceram o princípio da unidade do partido.

A XV conferência do PCR foi aberta em 22 de outubro de 1926 e nesse mesmo dia o Comitê Central decidiu pela exclusão de Trotsky do Conselho Político e pela retirada de Zinoviev do cargo de representante do partido no Comitê Executivo da Internacional Comunista, o que, na prática, implicou a sua destituição de presidência da IC. As teses da oposição foram fragorosamente derrotadas, tendo alcançado menos de 1% em Leningrado e Moscou (ELLENSTEIN, 1976, p. 229).

O VII Plenun do Comitê Executivo da Internacional Comunista (CEIC), realizou-se entre 22 de novembro e 16 de dezembro, tendo sido o mesmo o resultado, com a oposição esmagada. Bukhárin ofereceu um relato minucioso sobre a situação internacional, em particular sobre a chamada “estabilização capitalista”, na qual percebia uma decisiva mudança técnica no processo produtivo, cuja decorrência era o aumento da produtividade do trabalho. Na avaliação de Bukhárin o movimento comunista deveria se ocupar da preparação política, da organização e da mobilização das massas. A orientação política deveria ser sempre a luta

pela configuração de uma frente única, que composta pelas mais diversas organizações de massas, teria a direção disputada com os socialdemocratas (AGOSTI, 1974, p. 419).

Na exposição de Bukhárin, uma grande atenção também foi dada ao processo revolucionário em curso na China. O diagnóstico era que se tratava de uma revolução nacional democrática burguesa que poderia seguir um caminho não capitalista em caso de uma frente única de forças proletárias, camponesas e pequeno-burguesas assumir a direção do processo (AGOSTI, 1974, p. 418).

A apresentação da questão russa ficou por conta de Stalin, o qual afirmou não só a possibilidade da construção socialista na URSS a partir de seus próprios recursos, apesar do cerco imperialista, mas também que a edificação socialista seria a mola propulsora mais importante a inspirar a classe operária e os povos do mundo na luta pela emancipação. Essa proposição deveu levar em consideração a derrota histórica do movimento operário no Ocidente, a dita “estabilização capitalista”. A partir desse momento a URSS é vista como a principal força propulsora da revolução socialista internacional!

As críticas tecidas contra a antiga oposição unificada foram bastante incisivas. Stalin acusou os opositores de várias máculas, como a de não reconhecer a situação de derrota no Ocidente, de querer explorar a massa camponesa ao modo de uma colônia, de se organizar como fração.

A esquerda se dividiu com a derrota: Zinoviev e Kamanev capitularam, mas Trotski persistiu no papel de oposição de esquerda, a qual se manifestou reorganizada em maio de 1927, quando do VIII plenun da CEIC. O andamento da revolução chinesa tornou-se o fulcro das divergências e expos em profundidade como a discórdia em relação à economia política na URSS tinha forte incidência na política internacional do movimento comunista.

Já o ano de 1926 não havia sido auspicioso para a IC. As derrotas do movimento operário na Grã-Bretanha e Polônia haviam indicado o avanço da tendência conservadora. Na China, em março, o incidente provocado por Chiang-Kai-Shek, que fez prender dirigentes comunistas e assessores

da IC por alguns dias, foi o sinal de que haveria um deslocamento de forças no interior do KMT (Kuomitang), organização que expressava a frente nacional antiimperialista. A ofensiva militar do Exército comandado por Chiang-Kai-Shek dividiu o movimento nacional, mas ofereceu mais um elemento de discórdia na direção política do PCR, pois Trotsky e Zinoviev passaram a defender a saída dos comunistas do KMT.

No VIII Plenun, a oposição reafirmou a sua posição de insistir na saída do Partido Comunista da China (PCCh) do KMT, mas essa hipótese foi rejeitada até mesmo pelos comunistas chineses. O grande dilema do processo revolucionário girava em torno da garantia da amplitude da frente nacional antiimperialista e o aprofundamento e radicalização da revolução popular, particularmente no campo e também da centralidade da cidade ou do campo. O PCCh não conseguiu dar solução a esses problemas e acabou derrotado, mas também a IC – e o PCR – a não se mostraram capazes de contribuir.

Em consonância com a sua teoria da *revolução permanente*, Trotsky entendia que a China era já plenamente capitalista e exigia que se partisse para a organização do poder dual por meio de soviets contra o KMT. Stalin defendeu a continuidade da aliança com a “esquerda” do KMT e o reforço das organizações de massa, mas lembrando que ao proletariado industrial caberia o papel dirigente no processo revolucionário. A leitura que Bukhárin fazia da realidade internacional talvez fosse a mais condizente para um melhor entendimento da situação chinesa. De fato, Bukhárin valorizava sobremaneira o papel da massa camponesa no perscruto da transição socialista na URSS e podia ver quão importante era a revolução agrária em andamento na China. Entrementes também pensava ser necessária a manutenção do governo de Cantão, para onde a sede do governo nacional do havia se mudado em 1º de janeiro de 1927.

Os meses iniciais de 1927 assistiram um forte avanço do movimento revolucionário na cidade e no campo. Em março, os comunistas assumiram o poder em Xangai, mas foram eliminados pelas forças aliadas ao Exército Nacional de Chiang-Kai-Shek. No mês de maio, os comunistas foram excluídos do governo nacional e expulsos do KMT. Esse foi o presságio para a forte repressão que se abateu sobre os comunistas nos

meses seguintes. Num movimento desesperado, em dezembro, o PCCh promoveu um levante em Cantão, que terminou em outro massacre. Demorou ainda bastante tempo para se impor a orientação política que reconhecia a centralidade do campesinato na luta revolucionária na China (BOFFA, 1976, p. 328-331).

A revolução chinesa alimentou muito toda a polêmica que transcorria no PCR e também na IC. A oposição de “esquerda” encontrava-se em franca minoria e oferecia ampla motivação para ser qualificada de fracionista, infração gravíssima segundo a concepção vigente na época. Em reunião plenária realizada em outubro, Trotsky e Zinoviev foram excluídos do CC. Pouco antes, em setembro, Trotsky já havia sido afastado do CEIC. A oposição de esquerda foi definitivamente batida no processo do XV congresso do PCR, realizado entre 2 e 19 de dezembro de 1927.

O ACIRRAMENTO DA LUTA DE CLASSES E A DIFERENCIAÇÃO IDEOLÓGICA

O XV congresso representou o apogeu da linha política da NEP. Derrotada a oposição de esquerda, o congresso se mostrou aparentemente compacto. As diferenças foram talvez de ênfase, mas logo se transformariam em divergências sempre mais acentuadas. O princípio do planejamento econômico social era consensual na direção do partido, mas o problema era que o partido não tinha bastante capacidade de implantação do plano, por falta de técnicos qualificados e por carência de consenso social, notadamente no campo.

Na verdade, a pressão social da classe operária e da direção das fábricas atraía maiores recursos para a indústria, ao modo de salários e investimentos, distorcendo assim o plano aprovado pela direção política do PCR. Do mesmo modo, as instâncias estatais e governativas nem sempre se empenhavam a fundo para o cumprimento do plano. Essa era a demonstração mais nítida do predomínio da consciência e da prática econômico-corporativa no meio operário. A partir dessa realidade a constatação a ser feita é que dez anos depois da instauração do poder popular na Rússia, a classe operária não se mostrava capaz de se constituir em classe hegemônica, de classe efetivamente dirigente da vida social e

dotada de uma visão de mundo universalista (BETTELHEIN, 1983, p. 365-367).

Essa pressão econômico-corporativa da classe operária, por suposto, tinha incidência no Partido. Pode-se se dizer, a título de forte exemplo, que a passagem para a oposição de Zinoviev e Kamanev, em 1925, foi resultado das reivindicações da base operária de Leningrado. Trotsky, por sua vez, já trazia na sua concepção teórica a ideia do predomínio indiscutível da classe operária sobre o campesinato. Essa concepção teórica, de cunho economicista, era, no entanto, mais ampla e difundida, na medida em que estava presente no conjunto da perspectiva ideológica do Partido, expressa principalmente na visão da necessidade de incorporação de novas técnicas produtivas como solução dos problemas.

O projeto aprovado no XV congresso previa a necessidade de um plano quinquenal, um arranque industrial no país e o início da coletivização das terras, mas com a condição de se garantir as justas proporções ou a harmonia do desenvolvimento entre cidade e campo, entre indústria e agricultura, entre indústria leve e pesada. O inimigo de classe eram os kulaks (proprietários de terra que faziam uso de trabalho assalariado) e o aliado principal o campesinato médio. O plano teria que ser flexível, sem cifras exatas de crescimento por setor: valeria mais o princípio das proporções. Por proposição de Stalin, pensava-se também na retomada da “democracia proletária”, que implicava, por suposto, o fortalecimento dos soviets (BOFFA, 1976, p. 346).

A mais difícil tarefa seria mesmo a implantação dessas determinações. Com a postura econômico-corporativa da classe operária, o campesinato não poderia sentir-se persuadido pela via socialista. A debilidade cultural e de meios produtivos do campesinato tinha fortes implicações na produção, sempre sujeita a crises. A tendência dos camponeses era a de reter as sementes e a produção, a fim de obter alguma segurança e também aumentar os preços, visando minorar a desigualdade em relação à cidade.

O segundo semestre de 1927 assistira uma grande carestia no fornecimento de grãos para as cidades, assim se difundindo a ideia de

sabotagem da parte dos camponeses. Ao começar o novo ano, pela primeira vez, foram adotadas “medidas excepcionais” em relação aos kulaks, dos quais foram tomados empréstimos forçados, além de aumento de impostos e confiscos. Quando Stalin assumiu a condução das “medidas extraordinárias” a situação se agravou e pode-se observar a ocorrência de prisões, requisições e fechamento de mercados (AGOSTI, 1974, p. 793).

A duras penas, o Partido conseguia manter a propalada aliança operário-camponesa, como imaginada por Bukhárin, dificuldade acrescida pela débil presença do Partido no campo. Certas ambiguidades resultadas do XV Congresso começaram a se mostrar em leituras diferentes desde logo. De fato, as medidas repressivas tomadas por Stalin eram congruentes com certa possível apreciação do XV congresso e com as manifestações públicas que passou a exarar.

A questão dos ritmos, deixada em aberto no congresso, foi utilizada por Stalin para defender a aceleração da industrialização e a formação em grande escala de grandes cooperativas e fazendas estatais, cuja implicação seria o fim dos kulaks e também da pequena agricultura individual. A questão era então a de aumentar a produção agrícola destinada à cidade e mecanizar o campo, o que exigiria investimentos substanciais em ciência e tecnologia. Investimentos oriundos do exterior podiam ser descartados, restando a possibilidade de o campesinato pagar um “tributo”. Stalin ainda acusava a administração fabril de pouca perspicácia e de burocratismo.

O processo de luta de classes que se evolvia na URSS não poderia deixar de transpassar o Partido e Stalin amadurecia a ideia de um realinhamento de classes, de uma nova correlação de forças que respaldasse a aceleração da industrialização. Com a promessa de novos investimentos na indústria, o apoio na classe operária poderia ser significativo, a expropriação dos kulaks e de parte do chamado campesinato médio traria o apoio mais ativo do campesinato pobre (LEWIN, 1988, 71-76).

Foi imediata a discordância de Bukhárin e do grupo mais próximo a ele. A violência utilizada contra os camponeses e a ameaça de aumento na tributação colocava a aliança operário-camponesa em sério

risco, dizia Bukhárin, em particular com o campesinato médio, a chave do bom andamento da NEP.

O IX plenun da CEIC, ocorrido em fevereiro de 1928, ignorou o problema que apenas começava a se evidenciar na URSS e confirmou a avaliação anterior de que se vivia um período reacionário na maior parte do mundo, que aumentava o perigo de guerra. Os comunistas deveriam se mostrar críticos da socialdemocracia porquanto era visível o seu deslocamento à direita. Era a esquerda socialdemocrata, todavia, a oferecer maior perigo, pois poderia ainda desviar a classe operária da perspectiva revolucionária. Aqui se abria a fresta para que viessem a ser notado o possível risco de “desvios de direita” no movimento comunista.

Mas, por enquanto, a posição consolidada de Bukhárin prevalecia e foi confirmada na reunião de abril do CC do PCR. A crise dos grãos permanecia e o descontentamento na classe operária parecia crescer. Em julho, em outra reunião do CC, Stalin defendeu a diferença de preços em desfavor dos camponeses ao modo do “tributo” a ser pago em benefício da industrialização do país. Os aliados no campo deveriam ser os camponeses pobres e suas organizações. Essa posição foi derrotada e foi aprovado um reajuste no preço dos grãos, como que cedendo à pressão da agricultura. Contudo, foi aumentado o número de fazendas coletivas, ainda que com a previsível pobreza por conta de questões de falta de conhecimento técnico e de maquinário.

O relativo acordo na reunião de julho do CC, entre as duas tendências agora mais claramente definidas, deveu-se em parte ao momento, pois que em poucos dias teria início o VI congresso da IC. No decorrer do encontro vieram à tona as divergências existentes no seio do PCR e que essas divergências iam bem mais além do que pontos de execução da política econômica. Eram, de novo, duas estratégias que se confrontavam, mas, de novo, houve uma forma de compromisso.

Bukhárin apresentou a sua interpretação da situação do capitalismo. Para ele, havia a tendência de os países imperialistas transformarem a sua economia com inovações técnicas e com novas formas de gerenciamento do trabalho. Os grandes monopólios adquiriam

capacidade de gerenciamento de eventuais crises e também de atrair a “aristocracia operária” para sua base de apoio. Uma possível situação revolucionária seria possível apenas em caso de guerra, ou seja, de aguçamento das contradições inter-imperialistas.

A zona colonial, em particular a China, era vista ainda como foco da luta revolucionária naquele momento histórico, o que fazia ver no campesinato uma força social crucial. Esse cenário era importante para o desenvolvimento da NEP, como concebia Bukhárin. A harmonia e o equilíbrio de interesses entre classe operária e campesinato, que pressupunha um processo de industrialização mais lento, exigiam que a URSS pudesse se desenvolver num ambiente pacífico. Os comunistas deveriam, nessa situação, aplicar a tática da frente única das massas populares, mas poderia incluir, conforme o caso, até instâncias intermediárias da socialdemocracia (AGOSTI, 1974, p. 883-885).

A avaliação do grupo de Stalin (que agora já compunha uma nova maioria) era muitíssimo diferente. Segundo essa interpretação, o capitalismo se encaminhava para uma gravíssima crise a qual poderia redundar numa guerra contra a URSS. Essa crise também traria a tendência à radicalização das massas e a retomada da situação revolucionária. No entanto, a burguesia, para preservar a sua dominação investia na fascistização do Estado. A fascistização do Estado teria ainda o respaldo da socialdemocracia, que estaria então a se transformar em social fascismo.

O social fascismo nada mais era que a inserção da socialdemocracia nas malhas do Estado burguês, algo que já acontecia havia décadas ao menos na Alemanha. O social fascismo seria ademais, o inimigo principal pelo fato de iludir as massas e retardar o processo de radicalização revolucionária. Essa interpretação se adequava à estratégia do grupo staliniano para desenvolver a URSS com maior rapidez. A exigência de uma mais rápida industrialização, com ênfase na indústria pesada, era aderente à necessidade de se investir na defesa do país diante do risco – que poderia parecer iminente – de guerra. Posto dessa forma, até a tributação do campesinato parecia mais defensável (AGOSTI, 1974, p. 885-887).

O FIM DO COMPROMISSO E A OFENSIVA DE STALIN

Terminado o VI Congresso da IC, o Conselho Superior da Economia Nacional, presidido por Kuibychev, um aliado de Stalin, propôs uma nova versão do plano quinquenal, no qual o setor industrial seria amplamente privilegiado com cerca de 1/3 dos investimentos, mas com uma projeção de crescimento ao redor de 20%. Enquanto isso Stalin e seus aliados continuavam na luta para ocupar as posições mais decisivas no Partido, no Governo, no sindicato, na imprensa. Vale enfatizar a questão dos sindicatos, que segundo a lógica da NEP (de um capitalismo monopolista de Estado) tocava defender os interesses dos trabalhadores em termos de condições de vida, de trabalho e de salário. A proposta de Stalin modificou drasticamente essa função: o sindicato passaria a ser um emulador da produção, um transmissor de demandas administrativas oriundas dos órgãos de planejamento econômico (COHEN, 1990, p. 335).

No final de setembro, Bukhárin publicou um derradeiro e longo artigo sobre o projeto estratégico da NEP como pensado originalmente por Lenin e desenvolvido segundo a dinâmica econômica e social do País. O artigo *Notas de um economista* nem discutido foi e desqualificado de imediato. Bukhárin insistia que o conflito social deveria ser resolvido de acordo com as decisões do XV congresso, com investimentos feitos numa justa proporção entre os setores econômicos, de modo que todos crescessem, ainda que mais lentamente. Teria que ser assim porque a URSS não contava com força de trabalho qualificada para a implantação imediata e massiva de máquinas.

A aceleração da industrialização geraria problemas graves na própria indústria, mas seria fatal para a agricultura, pois a drenagem de recursos do campo agravaria a situação de produção insuficiente de grãos. O mais grave, porém, seria a ruptura da aliança operário-camponesa que havia fundado o Estado soviético. Bukhárin toma de mira obviamente a política que apregoava Stalin, agora favorável à industrialização acelerada, porém indicava ser essa uma posição “trotskista” (BUKHÁRIN, 1980, p. 175-194).

A tese da tendência industrialista era que a prioridade da indústria pesada em paralelo com a generalização de grandes cooperativas a serem mecanizadas rapidamente resolveria o problema da produção agrícola, mas, principalmente, acabaria com a resistência dos kulaks (a burguesia agrária) ao poder estatal. De fato, desde 1927, pelo menos, havia uma crescente luta de classes no campo, e do campo contra a cidade, com implicações graves na cidade, na classe operária, que era a base de apoio essencial do PCR e começava a mostrar-se bastante descontente e reticente. Enfim, havia o perigo real do poder revolucionário se enfraquecer e mesmo sucumbir. Mesmo que talvez exagerado, o perigo externo era real e poderia encontrar nos kulaks e nos antigos mencheviques e socialistas revolucionários uma base de apoio (como haviam sido na “guerra civil” de 1918-1920).

Todo o discurso e prática política de Stalin estiveram voltados para a neutralização de inimigos supostos ou reais. A tática usada em nada respeitou os princípios e métodos da democracia proletária do jeito que era entendida essa expressão. Em cerca de um ano, Bukhárin e a tendência que representava perdeu todas as principais posições de direção política e intelectual com que contava. Não sem razão, Bukhárin começa acusar Stalin com epítetos como “déspota asiático”.

Na reunião de novembro do CC, a expressão “desvios de direita” começa a ser usado de forma mais desabrida contra Bukhárin e seus aliados. Nessa reunião, Stalin expõe de modo detalhado a compreensão que amadurecera de uma linha política que se preocupava muito com a defesa do Estado, defendia a industrialização acelerada e a coletivização da terra e que por certo não era mais a NEP.

A classe operária havia se rebelado contra a administração direta das fábricas, mas o sindicato havia sido absorvido pela máquina produtiva e agora o poder passava a se concentrar nas instâncias superiores de administração, que são de fato a base de sustentação de Stalin. Com a imposição dessa nova orientação, Stalin atrai um número significativo da antiga oposição, que então apoiava Trotsky, o qual, aliás, foi expulso da URSS em janeiro de 1929 (BETHELHEIN, 1983, p. 386-393).

Na verdade, é só então que Bukhárin assume de público que havia uma fratura insanável no Conselho Político do Comitê Central e passa a defender a sua concepção teórica e estratégica do desenvolvimento da URSS, em clara oposição àquela que agora propunha Stalin. Na verdade, a posição de Bukhárin era aquela aprovada no XV Congresso do PCR, de dezembro de 1927, e que agora, passado pouco mais de um ano, estava a ponto de ser criminalizada. Note-se ainda que pelo menos desde 1927, já na luta contra a oposição de Trotsky, Zinoviev e outros, a OGPU começou a ganhar foros de intervenção na vida do Partido, algo que antes não acontecia.

Desde a publicação do artigo *Notas de um economista*, em setembro de 1928, é muito difícil dizer que havia algum tipo de debate de ideias no PCR, pois que a prevalecer eram mesmo acusações de parte a parte. Bukhárin insistia que a segurança da URSS, motivo de preocupação obsessiva, estaria mais bem garantida com a força da aliança operário-camponesa e com o avanço do campesinato revolucionário na Ásia, do que com uma industrialização forçada a expensas dos trabalhadores rurais.

Em fim de janeiro, em reunião do Conselho Político, Bukhárin, Rykov e Tomsyky apresentam uma Plataforma na qual a maioria era acusada de ter descartado as decisões do XV congresso. Dizia que a ideia de “tributo” a ser imposto, levaria a uma forma de “exploração militar feudal do campesinato”. Os kolkoses eram a forma de organização do campo mais desejável, mas deveria ocorrer por consenso, não por coerção, e em paralelo a uma revolução cultural, como havia sido a orientação de Lenin. As críticas se estendem ao crescimento do Estado burocrático como que resultaria da coletivização forçada. Entendia que o mais correto seria informar a dificuldade da situação e observar as necessidades das massas, a fim de se identificar com as próprias massas, em vez do Partido se ater a pequena política que o corroía internamente. (BETTELHEIN, 1983, p. 397-398).

Com o pedido de demissão do Conselho Político da parte de Bukhárin e Tomsyky, os ataques contra os “desvios de direita” só fazem crescer e o embate decisivo ficou para o plenun do Comitê Central e a XVI Conferência do PCR, ambas as reuniões agendadas para abril. Stalin

defendeu então a tese de que a luta de classes passava por um agravamento, que a tributação do campesinato era uma necessidade e que uma redefinição da aliança operário-camponesa deveria ocorrer. Fazia-se então prioritária a implantação de uma nova base técnica na agricultura em vistas a organização do trabalho coletivo.

O problema (para o qual Bukhárin chamava atenção) é que a indústria não poderia produzir de imediato essa nova base técnica e nem a massa camponesa poderia absorver com tanta rapidez essa eventual nova técnica, sem um processo de mudança cultural muito substancial. O ritmo proposto para essa mudança implicaria (como implicou) uma enorme desorganização da economia. Na sua exposição inicial, Stalin aproveitou para criticar os opositores:

A desgraça do grupo de Bukhárin está no fato de não ver os novos deslocamentos de classe e não compreende as novas tarefas do partido. Exatamente porque não os compreende que, é constringido a arrastar-se a reboque dos acontecimentos e a ceder diante das dificuldades. (STALIN apud ELLENSTEIN, 1983, p. 247)¹.

A resolução da XVI conferência reafirmou também algumas decisões do XV congresso (dezembro de 1927), que simplesmente não haviam sido implantadas. Chamava atenção para a necessidade de se lutar contra o burocratismo, a transformação do aparelho de Estado, inclusive com a diminuição de seu custo. Ao mesmo tempo chamava atenção para a necessidade da participação das massas na vida do Partido e do controle a ser observado em relação aos dirigentes. Nada disso aconteceu, pelo contrário. As decisões da Conferência tiveram respaldo da parte da classe operária ocupada na indústria de metal-mecânica e da administração econômica. Por outro lado, o descontentamento e a tensão social, se ampliavam no campo. O campesinato pobre apoiou o ingresso nos kolkoses como tentativa de sair da situação de miserabilidade, mas boa parte do campesinato médio se aproximou dos kulaks do ponto de vista político e ideológico, antepondo forte resistência a coletivização.

¹ STALIN, J. *Questioni del leninismo*. Mosca: Edizioni Progresso, [1948]. p. 241.

Na IC, desde o fim do VI Congresso, a discussão que se travava era sobre a natureza do chamado “terceiro período” da crise do pós-guerra. O relativo acordo ocorrido no congresso estava rompido e a interpretação de Bukhárin passou a ser sempre mais identificada como “desvio de direita”. Os partidos comunistas foram conclamados a lutar contra esses presumíveis “desvios”.

Com o X plenun do CEIC, realizado em julho de 1929, qualquer manifestação de discordância em relação à posição que era de Stalin no PCR e de Thälmann entre os comunistas alemães, foi vítima de linchamento político e moral. Nenhuma divergência mais era aceitável. Na URSS, a NEP já não existia e na IC a política de frente única, que mesmo acompanhada de muita controvérsia, já não existia a não ser em palavras. A industrialização acelerada e a coletivização forçada haviam substituído a NEP, mesmo que Stalin dissesse que se havia ingressado apenas numa segunda e última etapa da mesma política; a frente única – formalmente preservada – foi na realidade substituída pelo combate prioritário ao social fascismo, *i. é.*, a socialdemocracia, em particular a de esquerda, e pela tática da “classe contra classe” Bukhárin foi excluído do CEIC.

Nos meses seguintes, o combate aos “desvios de direita” continuou com grande agressividade, ao mesmo tempo em que os problemas de insuficiência na colheita (que se arrastava desde 1927), de revoltas no campo, de racionamento na cidade se evidenciavam. Na reunião de novembro do CC, Bukhárin é excluído do Conselho Político, mas os três expoentes da vertente de direita – Bukhárin, Rikov e Tomsy – fazem “autocrítica” alguns dias depois, o que significou a completa capitulação. Agora o controle do PCR pelo grupo de Stalin era completo, assim como também era total o domínio sobre as instâncias administrativas e organizativas das massas.

O SOCIALISMO DE ESTADO

Perto de se encerrar o ano de 1929, pode-se constatar que a URSS havia sofrido uma mutação no seu processo de desenvolvimento orientado por um projeto histórico de transição socialista. O grande problema que se apresentava para a URSS era a de construir as condições materiais e

ideológicas para a transição socialista. Como o ponto de partida esteve marcado por grande atraso, as condições materiais e ideológicas para transição deveriam ainda ser construídas na forma social de um capitalismo monopolista de Estado, dirigido pela classe operária e seu partido. Era essa a concepção de Lenin, pelo menos.

Esse projeto mostrou-se inviável por uma variedade de motivos, mas o essencial foi que a classe operária não se mostrou capaz de estabelecer a sua hegemonia, tendo permanecido no estágio econômico corporativo de seu desenvolvimento. Em parte, isso resultou da debilidade do Partido, a sua frágil inserção na nova classe operária que se formava. O resultado foi o de não conseguir conduzir o campesinato pela via socialista por meio da organização de cooperativas e da atualização da tradição comunal dos trabalhadores do campo. Diante da acirrada luta de classes, que perpassou todas as instâncias sociais e do Estado desde 1927, a saída que se mostrou viável foi a implantação de um socialismo de Estado.

Como o capitalismo monopolista de Estado, também o socialismo de Estado pode criar as condições para a transição socialista, mas não é a transição propriamente dita. O capitalismo monopolista de Estado pode e deve contar com a hegemonia da classe operária no processo de construção das condições da transição socialista. Sem isso fracassará, como fracassou na URSS. O socialismo de Estado pressupõe a ausência da hegemonia da classe operária, pressupõe sim uma classe no estágio econômico-corporativo, uma classe subalterna à direção do Estado. Um Estado composto materialmente pela burocracia herdada do antigo Estado feudal-absolutista e pela excrecência da classe operária que se formou no decorrer da NEP (DEL ROIO, 2014).

No socialismo de Estado, o campesinato é submetido a uma variante de servidão feudal e a classe operária produz mais valor de forma absoluta e de forma relativa. Como não há mais propriedade privada dos meios de produção, nem mercado, o Estado recolhe o excedente, que é utilizado na sua reprodução, na reprodução da burocracia, no fortalecimento das Forças Armadas, nas despesas de governo (investimentos em infra-estrutura e assistência social generalizada). O Estado se ocupa do

planejamento da economia política o que inclui também a distribuição (desigual) do excedente entre o conjunto da cidadania.

Trata-se de um Estado policial e militarizado, que pressiona a burocracia do Estado e o próprio Partido, o que gera uma instabilidade permanente. O poder burocrático só se estabilizou em 1956, assim como uma sociedade claramente hierárquica. Centrado no projeto de desenvolvimento econômico planejado, o socialismo de Estado não pode mesmo ultrapassar o estágio econômico-corporativo, não deu conta de criar uma “nova civilização”. Isso sugere que a implantação do socialismo de Estado na URSS tenha sido uma experiência particular daquilo que Gramsci chamou de revolução passiva, uma revolução/restauração, uma forma de cesarismo (GRAMSCI, 1975). Sempre em aberto, a questão se nessa revolução passiva prevaleceu mais o elemento revolução e cesarismo progressivo ou o elemento restauração com cesarismo regressivo.

O projeto da NEP, do capitalismo monopolista de Estado, era mais compatível com a democracia proletária e com a condução da transição socialista por conta da autonomia das instâncias sociais. A questão pendente estava em garantir a derrota da burguesia agrária (kulacs) que se formava nos interstícios da NEP. O socialismo de Estado sufocou a democracia proletária e centralizou o poder político. Com isso retirou qualquer instância de autonomia e auto-organização da classe operária mantendo-a como classe subalterna.

A superação do socialismo de Estado, quando da crise dos anos 80, exigiria a retomada da auto-atividade das massas e a reativação dos soviets. Mas não estavam os trabalhadores prontos para isso depois de décadas de subalternidade e passividade. Mais provável seria a reconversão para um capitalismo monopolista de Estado, uma nova NEP, com autonomização das organizações sociais e também do mercado subterrâneo. No entanto, o cenário foi o pior possível: diante da pressão imperialista a URSS se desintegrou e a Rússia conseguiu ser apenas um capitalismo monopolista de Estado controlado por uma burguesia de estilo mafioso, numa enorme regressão histórica da qual ainda tenta se recuperar.

REFERÊNCIAS

- AGOSTI, Aldo. *La Terza Internazionale: storia documentária*. Roma: Editori Riuniti, 1974. t. 2.
- BETTELHEIN, Charles. *A luta de classes na União Soviética*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. v. 2.
- BOFFA, Giuseppe. *Storia dell'Unione Sovietica*. Milão: Mondadori Editore, 1976. v. 1.
- BUKHARIN, Nikolaj. *Le vie della rivoluzione 1925/1936*. A cura di Francesco Benvenuti. Roma: Editori Riuniti, 1980.
- COHEN, Stephen. *Bukharin: uma biografia política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- DEL ROIO, Marcos. A URSS e o socialismo de Estado. In: PINHEIRO, Jair (org.). *Marx: crise e transição*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p. 13-50.
- ELLENSTEIN, Jean. *Storia dell'URSS*. Roma: Editore Riuniti, 1976. v. 1.
- GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del Carcere*. Turim: Einaudi Editore, 1975. t. 3.
- LENIN, Vladimir. *Sobre las cooperativas. Obras escogidas*. Tomo XII. Moscou: Editorial Progreso, 1977.
- LEWIN, Moshe. *Storia sociale dello stalinismo*. Turim: Einaudi Editore, 1988.